

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2021



NOTAS

1. Caracterização da entidade:

- 1 – Designação:** Associação de Beneficência e Solidariedade de Lajes
- 2 – Sede:** Largo de São Domingos, 6270-061 Lajes
- 3 – Natureza da atividade:** Atividades de Apoio Social sem alojamento

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – O referencial contabilístico adoptado na preparação das demonstrações financeiras é o instituído pelo Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei nº98/2015, de 2 de Junho, Decreto-Lei nº36-A/2011, de 9 de Março, nomeadamente, o regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), publicado no Aviso nº8259/2015, de 29 de Julho.

2.2 – Não constam contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com as do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Indicam-se, no quadro abaixo, as bases de mensuração usadas:

ELEMENTO	BASE DE MENSURAÇÃO	RÚBRICA
Activo	Justo valor	Caixa e depósitos bancários
	Custo Histórico	Activos fixos tangíveis
		Activos intangíveis
		Inventários
Passivo	Custo Histórico	Activos financeiros
		Passivos financeiros
		Estado e outros entes públicos

3.2 – Indicam-se, seguidamente, outras políticas contabilísticas relevantes, nomeadamente:

- *Rédito: o rédito decorrente da prestação de serviços, subsídios, doações e legados à exploração e outros rendimentos e ganhos é reconhecido pelo justo valor.*

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

4.1 – Alterações de políticas contabilísticas:

a) e b) Não aplicável.

4.2 e 4.3 – Não aplicável.

5. Activos fixos tangíveis:

5.1 – Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

De referir que, foram reconhecidas depreciações em edifícios e outras construções, equipamento básico, equipamento administrativo e de transporte. O método de depreciação utilizada em todos os bens do ativo fixo tangível foi o da linha recta. As taxas de depreciação usadas foram as seguintes:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis
		Terrenos	Edifícios					
Vidas úteis								
Taxas de depreciação			2,5%; 10,00%	10,00%	12,50%	10,00%		

5.2 e 5.3 – Apresenta-se, no quadro abaixo, a quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no início e no fim do período, bem como a respectiva reconciliação entre os períodos compreendidos, nomeadamente:

Descrição		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Totais
			Terrenos	Edifícios				
Em 01.01.2020	Quantias brutas escrituradas	498,80		180.081,56	31.226,19	12.950,00	10.624,81	235.381,36
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			28.537,74	18.735,72	9.712,50	7.304,88	64.290,84
	Quantias líquidas escrituradas	498,80	0,00	151.543,82	12.490,47	3.237,50	3.319,93	171.090,52
Adições								0,00
Revalorizações								0,00
Transferências								0,00
Reclassificações para activos não correntes deitados para venda								0,00
Alienações, sinistros e abates								0,00
Outras alterações								0,00
Depreciações				4.756,29	3.122,62	1.618,75	829,98	10.327,64
Perdas por imparidade								0,00
Em 31.12.2020	Quantias brutas escrituradas	498,80	0,00	180.081,56	31.226,19	12.950,00	10.624,81	235.381,36
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	33.294,03	21.858,34	11.331,25	8.134,86	74.618,48
	Quantias líquidas escrituradas	498,80	0,00	146.787,53	9.367,85	1.618,75	2.489,95	160.762,88
Adições								0,00
Revalorizações								0,00
Transferências								0,00
Reclassificações para activos não correntes deitados para venda								0,00
Alienações, sinistros e abates								0,00
Outras alterações								0,00
Depreciações				4.756,29	3.122,62	1.618,75	829,98	10.327,64
Perdas por imparidade								0,00
Em 31.12.2021	Quantias brutas escrituradas	498,80	0,00	180.081,56	31.226,19	12.950,00	10.624,81	235.381,36
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	38.050,32	24.980,96	12.950,00	8.964,84	84.946,12
	Quantias líquidas escrituradas	498,80	0,00	142.031,24	6.245,23	0,00	1.659,97	150.435,24

5.2 – Não existem restrições de titularidade e ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos.

5.3 – Não aplicável.

5.4 – Montante e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural:

Não aplicável.

6. Ativos intangíveis:

6.1 a 6.3 – Não aplicável.

7. Locações:

7.1 e 7.2 – Não aplicável.

8. Custo dos empréstimos obtidos:

8.1 – As demonstrações devem divulgar:

a) a c) Não aplicável.

9. Inventários:

9. Inventários:

9.1: Divulgação:

a) Os inventários foram mensurados pelo custo. Tais custos englobam os custos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais.

A fórmula de custeio usado é o FIFO.

b) A entidade não possui Inventários reportado ao final do presente exercício, relativo a Matérias-primas.

c) Não aplicável.

d) Foi reconhecido o montante de inventários de 23.146,56€ como gasto durante o período.

e) a h) Não aplicável.

10. Rédito:

10.1 – Divulgar:

a) Adotou-se a política contabilística da mensuração pelo justo valor no reconhecimento do rédito decorrente da prestação de serviços, subsídios, doações e legados à exploração e outros rendimentos e ganhos.

b) Apresenta-se, no quadro abaixo, a quantia de cada categoria de rédito reconhecida durante o período:

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2021			2020		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens	0,00	0,00%		0,00		
Prestação de serviços	39.174,00	32,88%	-4,80%	41.148,93	35,08%	
Subsídios, doações e legados à exploração	74.801,51	62,79%	5,35%	71.004,22	60,52%	
Outros rendimentos e ganhos	5.162,06	4,33%	0,00%	5.162,26	4,40%	
Juros e rendimentos similares	0,00	0,00%		0,00		
Totais	119.137,57	100,00%	1,55%	117.315,41	100,00%	

11. Provisões:

11.1 – Para cada classe de provisão, divulgar:

a) a f) Não aplicável;

11.2 – Indicação do valor dos Fundos Permanentes por modalidade associativa das Mutualidades e do património líquido que lhes está afeto, bem como do respetivo grau de cobertura face às Provisões matemáticas necessárias:

Não aplicável.

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo:

12.1 – Divulgação dos assuntos seguintes:

a) Todos os subsídios e apoios recebidos pelo governo foram de natureza monetária e não reembolsáveis, tendo sido reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo justo valor.

b) A entidade beneficiou de subsídios concedidos à exploração e ao investimento. Neste sentido foram reconhecidos na demonstração de resultados incentivos à exploração e ao investimento nos valores de 74.801,51€ e 5.162,06€, respetivamente.

c) Não aplicável.

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio:

13.1 – Divulgação das quantias das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados:

Não aplicável.

14. Impostos sobre o rendimento:

12.1 – Divulgação da informação seguinte:

a) a c) Não aplicável.

15. Instrumentos financeiros:

15.1 a 15.5 – Não aplicável.

16. Benefícios dos empregados:

16.1 – O número médio de empregados durante o exercício foi de 5 colaboradores.

16.2 – Número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro:

Os órgãos diretivos são compostos por uma Direção, Assembleia Geral e Conselho Fiscal, sendo compostos por 5, 3 e 3 membros respetivamente. Não ocorreram alterações na composição dos órgãos diretivos.

16.3 – Informação sobre as remunerações dos órgãos diretivos:

Os órgãos diretivos não são remunerados pelo exercício das suas funções.

17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

17.1 – A entidade tem a sua situação tributária regularizada em matéria de dívidas ao sector público estatal, no que respeita a contribuições e impostos.

18. Outras informações:

18.1 – A entidade deu prossecução às respostas sociais de Centro de Dia e Apoio Domiciliário durante todo o exercício.

18.2 – A rubrica de *Outras Contas a Pagar*, no valor de 10.154,20€, respeita a *Credores por Acréscimos de Gastos* e a *Outros Credores*, nos montantes de 8.922,38€ e 1.231,59€, respetivamente.

Lajes, 27 de março de 2022

A Direção,

Alberto Alves Vicente

Maric Adelaide de Silva Garcia

Francisco Oliveira Sousa